



Especialização produtiva na Faixa de Fronteira Internacional de Mato Grosso do Sul, para os anos de 1985, 1999 e 2013: uma aplicação do Método Quociente Locacional

(Desenvolvimento socioeconômico e regional - Artigo Completo)

Giovane Silveira da Silveira (UEMS) prof.giovane.uems@gmail.com

Claudia Vera da Silveira (UEMS) gycvera@gmail.com

Resumo:

O objetivo do presente artigo é verificar a existência de especialização produtiva nos municípios da faixa de fronteira internacional do estado de Mato Grosso do Sul. Tal faixa de fronteira é composta por 44 municípios que estão compreendidos por uma área de 150 km que se estende a partir da linha de divisão internacional deste estado com os países Paraguai e Bolívia. Para tal pesquisa foi utilizada como metodologia a ferramenta Quociente Locacional por meio da variável: número de pessoas empregadas de acordo com informações do RAIS/MTE; para oito setores de atividades econômicas do IBGE. Os resultados apontaram que o setor de Extrativa Mineral foi aquele que abrigou o maior número de municípios (Bela Vista, Bodoquena e Corumbá) para os anos de 1985, 1999 e 2013. O que denota tal setor e municípios como aqueles que apresentam especialização produtiva na faixa de fronteira internacional do estado de Mato Grosso do Sul. Com destaque para o município fronteiriço de Corumbá, o qual pode ser identificado como o único que apresenta a extração de minério de ferro no ano de 2013, tanto à nível de municípios da faixa de fronteira de Mato Grosso do Sul quanto em relação aos demais municípios deste estado.

Palavras-chave: Especialização produtiva, Fronteira, Mato Grosso do Sul, Corumbá.

1 Introdução

O estado de Mato Grosso do Sul é constituído por 79 municípios dos quais 44 estão na faixa de fronteira internacional. Tal faixa de fronteira corresponde a área de 150 km a partir da linha divisória internacional que este estado faz com os países Paraguai e Bolívia.

Com relação a abordagem da categoria fronteira, a mesma é abordada de distintas formas por diversos autores, todavia sempre com o objetivo de compreender a sua espacialidade. E para isso tais autores lançam mão de diversos elementos que permitam atingir tal compreensão. Dentre os quais pode-se citar alguns como Hanciau (2005) que chama a atenção para a fronteira com o espaço do “entre-lugar”, o entre duas regiões e até entre dois mundos quando da época das grandes navegações do século XV.

Já para Raffestin (2005) a fronteira ultrapassa os limites cartográficos e deve ser interpretada como um fato social. Albuquerque (2010) também compartilha a ideia de que fronteira é uma construção social que repousa sobre um acidente geográfico, um marco divisório e até mesmo uma linha invisível. Martins (2007) destaca o termo fronteira etnográfica ao tratar do fato de que o território é identificado pela etnia da tribo indígena que a ocupa.

Albuquerque (2010) utiliza a categoria de fronteira linguística quando estuda os brasiguaios, onde o domínio do idioma guarani é que irá constituir a barreira entre paraguaios e brasileiros em terras paraguaias. Martins (2007) aponta que a fronteira pode ser interpretada pela ótica do capital como modo de produção, daí a categoria de fronteira econômica.



Trabalhos como o de Machado (2005) utilizam-se simultaneamente de elementos da identidade cultural e desenvolvimento econômico como forma de compreender a espacialidade da fronteira.

Com o objetivo de verificar a existência de especialização produtiva para a faixa de fronteira de Mato Grosso do Sul será utilizada a ferramenta Quociente Locacional, a qual de acordo com Lima e Simões (2011) pode ser descrita da seguinte forma: $QL_{ij} = (E_{ij}/E_{0j}) / (E_{i0}/E_{00})$; onde E_{ij} representa a quantidade de emprego no setor i referente a região j , E_{0j} informa a quantidade total de emprego de todos os setores i na região j , E_{i0} diz respeito a quantidade total de emprego no setor i referente a todas as regiões j e E_{00} é utilizado para o total de empregos do setor i para todas as regiões j .

A análise contempla as seguintes situações: se $QL_{ij} > 4$ então haverá especialização produtiva para o município, se $1 \leq QL_{ij} \leq 4$ então haverá indícios de especialização produtiva, e se $QL_{ij} < 1$ então poderá se afirmar que não há especialização produtiva para o município. Os dados utilizados referem-se ao estoque formal de emprego em 31/dezembro conforme fornecidos pelo RAISMTE.

O trabalho está dividido da seguinte maneira: além desta introdução, também está presente uma discussão sobre fronteira, seguida à exposição da metodologia empregada, análise dos resultados, considerações finais e referências bibliográficas.

2 Revisão da Literatura

2.1 Fronteira: do conceitual ao material

Como já destacado o objetivo deste artigo é de encontrar especialização em atividades econômicas para os municípios que compõem a faixa de fronteira internacional de Mato Grosso do Sul com os países vizinhos, Bolívia e Paraguai. Para alcançar tal intento, faz-se necessário abordar o que se entende por fronteira. Com esse intuito essa parte do artigo aborda o conceito de fronteira de forma que vá além da caracterização da mesma pela ótica das relações de sua base material.

Apesar desta última ser o foco do trabalho, para chegar a tal, em um primeiro momento, a fronteira será abordada desde seus aspectos conceituais na literatura até ser caracterizada pela ótica da geografia econômica e daí o trabalho segue para apresentação de sua metodologia e análise dos resultados nos tópicos seguintes.

Hanciau (2005) interpreta a fronteira como o espaço do entre-lugar. Tal categoria é melhor ilustrada pela figura do barqueiro que trafega de uma margem a outra do rio sem nunca atracar em nenhuma das duas extremidades. Essa concepção confere particularidade e singularidade a tal território que se situa entre dois mundos. O qual, em um resgate histórico, pode ser enunciado da seguinte maneira:

[...] expansão ultramarina do fim do século XV. Uma vez descobertas e alcançadas, as novas terras representavam o próprio purgatório, um lugar intermediário entre o céu e a terra, o “terceiro lugar”, oposto à Europa – metrópole da cultura e terra dos cristãos –, para muitos um inferno com duração limitada, que começava com o rito de passagem simbolizado pela viagem dos navegantes às terras de além-mar (HANCIAU, 2005, p. 130).

Já Raffestin (2005) traz à tona a discussão sobre fronteira ao focar que sua interpretação deve ir além do fato geográfico. Para isso evoca a ilustração figurativa do padre



que delimita um espaço para a igreja e faz deste um espaço sagrado, define assim os limites do interior sagrado em relação ao exterior profano. A fronteira, assim, vai além do fato geográfico e torna-se, desta forma, um fato social. Nesta situação o estabelecimento dos limites sobrepõe-se ao traço sobre o solo, mas estabelece uma ordem social instituída por meio de poder. Por conseguinte, a fronteira incorpora aspectos que vão além das linhas cartográficas que podem ser observadas nos mapas:

A fronteira, portanto, é bem outra coisa e a história não pode ser interpretável sem ela, pois as sociedades foram sempre definidas pelas fronteiras que elas traçaram. Elas acompanham os movimentos dos povos e marcam as grandes viradas nas transformações das civilizações (RAFFESTIN, 2005, p. 12).

Assim, a construção das fronteiras tão latentes desde a época dos impérios na Europa, após o período das grandes navegações é exportada, por aquela, para as Américas, África e Ásia. Albuquerque (2010) ao tratar da dinâmica das fronteiras, primeiro destaca o fato da fronteira ser uma construção socialmente aceita que muitas vezes repousa sobre um fato geográfico como um rio, um conjunto de montanhas ou cerrado, etc. Destaca que o acidente geográfico em si não se constitui como fronteira, mas serve como tal na medida em que atende aos interesses de grupos sociais de indivíduos do lado de “cá” e do lado de “lá”; que se identificam coletivamente como “nós” e aos outros como “eles”.

Nesta lógica a fronteira pode ser entendida como uma linha invisível, quando o limite do território nacional não se realiza por meio de acidentes geográficos, o que geralmente acontece em países com fronteiras secas. Nos quais sempre é possível visualizar o marco divisório de limite fronteiro, que muitas vezes é visto e interpretado pelos habitantes de ambos os lados da fronteira como algo natural e que sempre esteve ali, ledão engano.

Mas um fato que é notório sobre limites demarcados por linhas imaginárias é aquele em que a América do Sul é dividida entre dois países europeus, século XVI, denominado de Tratado de Tordesilhas, o qual originou uma América Espanhola e uma América Portuguesa (esta última é tratada nos livros didáticos comumente como Brasil–Colônia).

Soma-se à linha divisória e aos marcos, portanto, os rios, avenidas, pontes e morros como forma de fronteira, as quais são mais salientes e marcantes nas cidades que estão exatamente postas sobre a linha divisória, dentre tais, pode-se citar algumas cidades do estado de Mato Grosso do Sul com o países vizinhos Paraguai e Bolívia, como por exemplo: Corumbá (Brasil) e Puerto Suarez (Bolívia), Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai), Coronel Sapucaia (Brasil) e Capitan Bado (Paraguai), Paranhos (Brasil) e Ype-Jhu (Paraguai), Mundo Novo (Brasil) e Salto de Guayra (Paraguai); cuja cartografia pode ser consultada em Machado et al. (2002). Todavia, como percebe-se, esta categoria de análise denominada por fronteira pode assumir diversas identidades haja vista que:

A palavra fronteira adquire uma variedade de sentidos na atualidade. Utiliza-se este termo no aspecto territorial, delimitando espaços geográficos ocupados pelos mais heterogêneos agrupamentos humanos, como no sentido metafórico. Nesse caso para demarcar ou apagar os limites culturais entre os grupos sociais e as barreiras epistemológicas e metodológicas entre as áreas do conhecimento. Há, de fato, uma inflação no uso do termo fronteira para as mais distintas situações sociais e culturais nas ciências sociais contemporâneas (ALBUQUERQUE, 2010, p. 33).



Ainda com relação às múltiplas formas de entender a fronteira, pode-se recorrer a Martins (1997) que a concebe de forma plural. Em termos de ilustração pode-se citar sua menção à fronteira etnográfica quando analisa a relação entre as diversas tribos indígenas; onde a fronteira do território é designada pela etnia da tribo indígena que a ocupa; quando analisa a atuação das frentes de expansão pioneira do modo de produção capitalista na Amazônia e sua relação com, e entre os nativos locais.

Outra forma de fronteira, esta apontada por Albuquerque (2010), é estabelecida no campo da linguística, como exemplo pode-se citar o caso dos brasiguaios, imigrantes brasileiros residentes no Paraguai, cujo reconhecimento de identidade como brasileiros ou paraguaios se dará na medida em que dominem o idioma guarani, língua indígena que juntamente com o espanhol constituem os dois idiomas oficiais do Estado paraguaio. Nesta situação, segundo os brasileiros, o idioma guarani, é uma barreira criada pelos “legítimos paraguaios”; o que Albuquerque (2010) definiria na categoria das denominadas fronteiras móveis.

Todavia, dentre formas de interpretar a fronteira, há uma que permeia sistematicamente o trabalho dos pesquisadores quando se concebe o território nacional como objeto de estudo, que seja a expansão do grande capital, pois a ocupação da fronteira irá ocorrer na medida em que:

[...] o capital possa reproduzir-se acima da taxa média de rentabilidade, com vantagens em relação a outros investimentos cuja localização geográfica lhes permita reter parcelas maiores da mais-valia realizada (MARTINS, 1997, p. 30).

Neste sentido o capital busca empreendimentos cujo retorno seja o maior possível. Assim, se condições geográficas da fronteira permitem obter um rendimento sobre investimento maior do que o que se poderia auferir em uma região de não-fronteira, então para tal região de fronteira irá se deslocar o capital. Como exemplo para a região de faixa de fronteira de Mato Grosso do Sul, pode-se citar a questão da exploração de minério em Corumbá em função do capital do setor têxtil do sudeste do país:

Na década de quarenta, o Grupo Chamma – tradicional grupo sudestino do ramo têxtil, como forma de diversificar suas atividades industriais, resolveu investir no beneficiamento do minério. Em decorrência, surgiu a Sociedade Brasileira de Mineração (Sobramil), uma siderurgia no meio do caminho entre Corumbá e Ladário, em 1944, tendo iniciado seu funcionamento pleno, quatro anos mais tarde. Essa, indústria, por duas décadas, foi a principal responsável pela mudança da face econômica regional, instaurando uma nova concepção dominada por uma nova lógica de acumulação do capital (OLIVEIRA, 2008, p. 242).

E, a partir do estabelecimento do capital na região de fronteira, tem-se o desencadeamento de relações que podem ser interpretadas além do fato geográfico. O que de certa maneira explicaria, em parte, a ocupação do espaço de fronteira por:

[...] mudanças radicais na paisagem pela construção de ferrovias, das cidades, pela difusão da agricultura comercial em grande escala [...] agricultores empreendedores, comerciantes, cidades, instituições políticas e jurídicas. [...] populações pobres, rotineiras, não-indígenas ou mestiças, como os garimpeiros, os vaqueiros, os seringueiros,

castanheiros, pequenos agricultores que praticam uma agricultura de roça antiquada e no limite do mercado (MARTINS, 1997, p. 152-153).

É necessário mencionar que quando se refere ao capital, deve-se ter em conta os vários tipos de capital, como o mercantil, industrial e financeiro. Assim, na citação anterior de Martins a referência é feita ao capital de forma genérica. Todavia, voltando ao exemplo de Corumbá, percebe-se que a chegada do capital industrial impactou a organização espacial do território em que já estava presente o capital mercantil:

[...] a motricidade dos acontecimentos decorrentes da chegada do capital industrial vai influenciar inopinadamente na redefinição da composição orgânica da cidade. Primeiro, o mais agudo, é o contingente de mão-de-obra (manifestação concreta do capital variável), absorvido pela Siderurgia. [...] a empresa [Sobramil – Sociedade Brasileira de Mineração] foi responsável pelo traslado de mais de dois mil trabalhadores [...]. Considerando que a população das duas cidades [Corumbá e Ladário] pouco ultrapassava a vinte mil almas, dois mil novos trabalhadores representavam um acréscimo, de uma hora para outra, de 10% a mais no contingente populacional. [...] esses trabalhadores terminavam por representar mais de 20% no volume da população economicamente ativa. [...] elevou-se consideravelmente a capacidade produtiva da economia local. Foram feitas as contas e as possibilidades de investimento em unidades industriais e no comércio de mercadorias de toda a espécie; ampliou-se a necessidade de profissionais liberais, de atividades sociais e de prestação de serviços (OLIVEIRA, 2008, p. 242-243).

Por conseguinte, apesar da fronteira ter a potencialidade de ser objeto de estudo de etnólogos, antropólogos, historiadores e sociólogos; nesta investigação recairá sobre a interpretação da geografia econômica, ao entender o estabelecimento das relações em território como desenvolvidas a partir do mercado no modo de produção capitalista. Sendo esse um dos ângulos de pesquisa acadêmica que Martins (1997) denomina de fronteira econômica.

Por meio do que foi exposto nos parágrafos anteriores torna-se perceptível a abrangência conceitual do termo fronteira. Haja vista que tal categoria de análise apreende e é apreendida por um conjunto quase que imensurável de relações que se estabelecem e reestabelecem nos territórios (municípios) que compõe a região denominada por faixa de fronteira. Neste trabalho tal região é constituída pela faixa de fronteira internacional de Mato Grosso do Sul com os países vizinhos Paraguai e Bolívia, uma área constituída por 44 municípios.

A linha divisória internacional do Brasil com os países vizinhos da América do Sul possui uma extensão de 15.700 km sendo a faixa de fronteira composta por uma área de 150 km contada a partir e paralela a tal linha. Com a intenção de entender e caracterizar as relações que se estabelecem em tal faixa de fronteira o Governo Federal por meio do Ministério da Integração realizou uma licitação pública na qual o Grupo Retis/UFRJ surge como agente responsável por eleger elementos que aperfeiçoariam o Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira.

Tal estudo contemplou as características plurais da faixa de fronteira ao abarcar em suas pesquisas desde aspectos culturais até econômicos como forma de apreender as relações sócio

espaciais de tal região da faixa de fronteira; as quais podem ser sintetizadas por meio de dois vetores analíticos, assim denominados:

O primeiro vetor se refere ao desenvolvimento econômico regional e o segundo à identidade cultural, ambos imprescindíveis na compreensão da organização sócio-territorial e na construção da cidadania na faixa fronteiriça do Brasil com os países vizinhos sul-americanos. A natureza distinta de cada vetor exigiu a aplicação de critérios e escolha de variáveis diferenciadas (MACHADO et al., 2005, p. 96–97).

Com relação ao vetor desenvolvimento econômico regional, o estudo realizado pelo Grupo Retis permitiu tecer algumas considerações para a faixa de fronteira do Brasil, como as seguintes:

A agricultura, a pecuária, o extrativismo, a silvicultura e a indústria são os setores econômicos que compõe a base produtiva local. A distribuição da produção ao nível municipal para cada um destes setores define áreas com diferentes graus de especialização territorial em relação a certos produtos ou a certas combinações de produtos. (MACHADO et al., 2005, p. 98)

Este artigo tem como objetivo identificar municípios e setores econômicos especializados para os anos de 1985, 1999 e 2013 referentes aos 44 municípios que compõe a Faixa de Fronteira Internacional de Mato Grosso do Sul, seguindo a tendência do que foi apontado nesta última citação, todavia utilizando a metodologia denominada de Quociente Locacional, entendendo que esse é somente um dos inúmeros aspectos pelos quais a fronteira pode ser abordada em trabalhos acadêmicos, e que a metodologia empregada constitui uma das muitas medidas regionais de especialização e localização disponíveis na literatura.

3 Metodologia

Nesta parte do trabalho será exposto o método a ser utilizado com a finalidade de verificar a existência de especialização produtiva na faixa de fronteira internacional de Mato Grosso do Sul. Para tanto o método a ser empregado é o Quociente Locacional, o qual permite verificar a participação relativa de um setor de atividade econômica em relação ao demais setores da região (município da faixa de fronteira) com relação a participação relativa deste setor na região de referência (conjunto de municípios da faixa de fronteira internacional).

De forma sistematizada pode-se descrever que o Quociente Locacional informa a participação do emprego do setor i na região j (E_{ij}) para com o total do emprego dos setores i nesta mesma região j (E_{oj}), em relação a participação do emprego do setor i para todas as regiões j (E_{io}) no total de empregos na região de referência (E_{oo}). Em outras palavras, verifica a participação relativa do emprego i na região j (E_{ij}/E_{oj}) em relação a participação relativa do setor i na região de referência (E_{io}/E_{oo}), de acordo com Lima e Simões (2011), e que pode ser descrito por meio da seguinte equação:

$$QL_{ij} = \frac{E_{ij}/E_{oj}}{E_{io}/E_{oo}}$$

Por conseguinte, o QL aponta para a concentração relativa de determinada atividade econômica na região comparativamente a participação desta mesma atividade econômica no



espaço de referência, que neste estudo repousa sobre os municípios que compõe a fronteira internacional de Mato Grosso do Sul com os países vizinhos Paraguai e Bolívia.

Onde:

E_{ij} -> refere-se ao emprego no setor i na região j ;

E_{0j} -> diz respeito a soma de todos os empregos dos setores i na região j ;

E_{i0} -> informa o total de empregos do setor i para todas as regiões j ;

E_{00} -> aludi ao total de emprego de todos os setores i para o total de regiões j .

Existem três possíveis resultados que podem ser obtidos por meio da aplicação desta equação. Um deles informa que o setor i na região j possui especialização produtiva, outro resultado é de que o setor i na região j revela indícios de especialização produtiva e o terceiro resultado possível é de que o setor i na região j não apresenta especialização produtiva. Tais condições podem ser sistematizadas do seguinte modo:

Se:

$QL_{ij} > 4$ então o setor i da região j apresenta especialização produtiva;

$1 \leq QL_{ij} \leq 4$ assim o setor i da região j apresenta indícios de especialização produtiva;

$QL_{ij} < 1$ tem-se que o setor i da região j não apresenta especialização produtiva.

Para efeitos deste trabalho o setor i será composto por 9 setores agregados de atividades econômicas elencadas pelo IBGE: (1) Extrativa Mineral, (2) Indústria de Transformação, (3) Serviços Industriais de Utilidade Pública, (4) Construção Civil, (5) Comércio, (6) Serviços, (7) Administração Pública, (8) Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca e (9) outros (BRASIL, 1980). Já região j é constituída pelos 44 municípios que compõe a faixa de fronteira internacional de Mato Grosso do Sul, como pode ser observado na figura 1, e que pode ser descrita de forma generalizada da seguinte maneira, em termos de sua dimensão:

[...] no estado de Mato Grosso do Sul, a linha divisória tem uma extensão de 1.517km; destes 386km de fronteira – com a Bolívia, e 1.131km – com o Paraguai. São 12 municípios situados na linha de fronteira [...]. Se contarmos a faixa (150 km da linha), o território abrangido corresponde a aproximadamente 48% da área do Estado [...] (OLIVEIRA, 2005, p. 391).

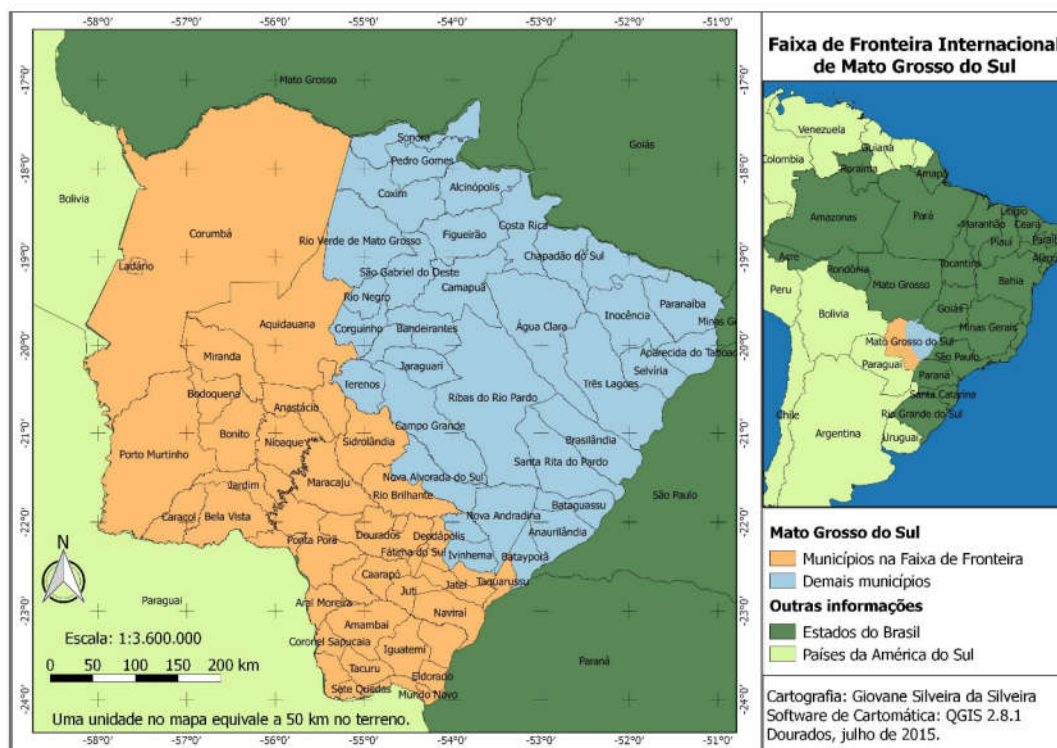


Figura 1: Faixa de Fronteira Internacional do estado de Mato Grosso do Sul.

Fonte: Elaboração própria.

Para fins de utilização deste método a variável a ser utilizada em cada um dos setores e suas respectivas regiões será o estoque formal de emprego em 31/dezembro em cada ano selecionado: 1985, 1999 e 2013. Tal variável é utilizada neste trabalho tão somente com o fim de averiguar a espacialidade da atividade produtiva e, por conseguinte a especialização de tais nos municípios da faixa de fronteira de Mato Grosso do Sul, conforme já foi empregada por Lima e Simões (2011). Com relação a base de dados da RAISMTE, pode-se mencionar o seguinte:

A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), gerenciada pelo MTE, é uma das principais fontes de informações sobre o mercado de trabalho formal brasileiro, sendo utilizada pelo governo na elaboração de políticas públicas de combate às desigualdades de emprego e renda, e também para a tomada de decisões dos mais diversos segmentos da sociedade (empresas, acadêmicos, sindicatos, etc.). [...]. As informações oriundas dos Registros Administrativos, muitas vezes, divergem das obtidas a partir de pesquisas domiciliares, em razão da própria natureza da fonte de dados, e das diferenças entre as metodologias, que envolve entre outros fatores, a conceituação de variáveis, a cobertura, o período e a forma de captação das informações. Há, portanto, necessidade de ajustes, caso se façam estudos comparativos com essas fontes de informações. No entanto, consideradas suas particularidades, em termos gerais, verifica-se igual tendência na evolução do fenômeno. (BRASIL, 2014, p. 1-3)

Todavia, uma pesquisa pelo termo “Quociente Locacional” no portal de periódicos CAPES/MEC foi possível encontrar os trabalhos de: Arbex (2005), Almeida e Cario (2013),

Nunes e Karnopp (2013), Cabral Junior (2008), Marini e Silva (2010) e Brito (2005). Tais autores utilizam o Quociente Locacional com o intuito de detectar aglomerações produtivas de arranjos produtivos locais. O que releva a ampla forma pela qual tal método pode ser empregado.

4 Análise e Discussão

4.1 Cálculo do Quociente Locacional

O Quociente Locacional trabalha com a participação relativa do emprego na região (município), em relação aos demais setores, quando comparado com a região de referência (faixa de fronteira).

Por meio da tabela 1 é perceptível que os setores que apresentam especialização produtiva concomitantemente para nos anos de 1985, 1999 e 2013 é o de Extrativa Mineral. Para a Extrativa Mineral tem-se destaque para o município de Corumbá, pois este ocorre em todos os anos selecionados.

No que diz respeito aos anos de 1999 e 2013 percebe-se que o setor de Extrativa Mineral é importante para dois municípios, quais são: Bela Vista e Corumbá. Tal setor de Extrativa Mineral também é aquele que apresenta um maior número de municípios em relação aos demais setores para os anos de 1985, 1999 e 2013. De acordo com Lima e Simões (2011) o quociente locacional também pode informar o potencial exportador de uma região (município) para com respectivo setor, o que segundo apontado pela tabela recai de forma significativa para o setor de Extrativa Mineral no município de Corumbá.

Tabela 1: Municípios da Faixa de Fronteira Internacional de Mato Grosso do Sul que apresentam especialização produtiva em 1985, 1999 e 2013, por quantidade de vínculos empregatícios ativos em 31/12 em setores de atividade econômica.

1985	
Extrativa Mineral	Bonito, Corumbá, Maracajú,
Construção Civil	Guia Lopes da Laguna
Administração Pública	Caracol
Agropecuária	Miranda, Ponta Porã
Outros	Eldorado
1999	
Extrativa Mineral	Bela Vista, Bodoquena, Corumbá
SIUP	Bela Vista
Agropecuária	Juti
Outros	Porto Murtinho
2013	
Extrativa Mineral	Bela Vista, Corumbá, Itaporã
SIUP	Amambai
Construção Civil	Juti

*Serviços Industriais de Utilidade Pública

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da RAISMTE.

Quando se verifica a quantidade de empregos, com suas respectivas porcentagens, conforme a tabela 2, pode-se apreender que Corumbá absorve mais de 50% do volume de empregos da faixa de fronteira para o setor de Extrativa Mineral, nos anos selecionados.

Enquanto que o volume de emprego para o setor de Extrativa Mineral diminuiu em 38,11% de 1985 para 1999, tal diminuição para o setor de Corumbá foi de 47,15%. Tal dado informa que a redução do volume de emprego em Corumbá causa um forte impacto sobre a redução geral da quantidade de emprego no setor de Extrativa Mineral na Faixa de Fronteira de Mato Grosso do Sul, principalmente quando somada a redução que venha a ocorrer neste mesmo setor, em outros municípios. É notável que a redução total de emprego no setor de extrativa mineral foi de 234 empregos de 1985 para 1999, enquanto que somente para o setor de Corumbá tal redução correspondeu à 182 empregos. Ou seja, Corumbá respondeu por 77,78% dos empregos perdidos neste período para o setor de Extrativa Mineral.

Percebe-se que no ano de 2013 o volume de emprego no setor de extrativa mineral na faixa de fronteira de Mato Grosso do Sul é 6 vezes maior do que em 1999. Todavia, para Corumbá esse valor é 7 vezes maior. Embora haja um aumento representativo de aumento de emprego para todos os municípios, conforme a tabela 2, com destaque para Itaporã que apresenta um aumento de quase dez vezes, este município representa menos de 10% dos empregos da faixa de fronteira para os anos selecionados para o setor de extrativa mineral.

Tabela 2: Número absoluto de empregos, como também porcentagem, e quociente locacional para o setor de extrativa mineral em municípios da faixa de fronteira internacional de Mato Grosso do Sul.

Municípios	1985			1999			2013		
	QL	Emprego		QL	Emprego		QL	Emprego	
		Abs.	%		Abs.	%		Abs.	%
Corumbá	4,57	386	62,87	4,88	204	53,68	7,21	1475	62,29
Bela Vista	0,00	0	0,00	11,42	60	15,79	8,59	305	12,88
Itaporã	0,00	0	0,00	3,15	20	5,26	5,91	192	8,11
Bonito	7,50	43	7,00	3,06	21	5,53	1,03	53	2,24
Bodoquena	0,00	0	0,00	6,30	17	4,47	3,70	60	2,53
Maracajú	6,47	116	18,89	0,00	0	0,00	0,84	93	3,93
Outros municípios	--	69	11,24	--	58	15,26	--	190	8,02
Faixa de Fronteira	--	614	100	--	380	100	--	2368	100

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da RAISMTE.

Segundo o CNAE95 – Classificação Nacional de Atividade Econômica criada em 1995 o setor de Extrativa Mineral pode ser decomposto em quatorze classes (BRASIL, 1995). Dentre tais pode-se citar as seguintes classes com seus respectivos códigos: Extração de carvão mineral (10006), Extração de minério de ferro (13102), Extração de pedra, areia e argila (14109), Extração de outros minerais não metálicos (14290) e Extração de minerais para fabricação de adubos, fertilizantes e produtos químicos (14214) que ocorrem para 20 municípios (1999) e 15 municípios (no ano de 2013) da faixa de fronteira internacional de Mato Grosso do Sul.

Na tabela 3 é possível verificar a ocorrência de três classes do CNAE95 para Extrativa Mineral em municípios que apresentaram QL acima de 4 no período do presente estudo, mas que na respectiva tabela são mencionados somente para os anos de 1999 e 2013.

Tabela 3: Classes selecionadas do CNAE/95 para a Extração Mineral referente a alguns municípios da Faixa de Fronteira de Mato Grosso do Sul com seus respectivos números de empregos.

Municípios	1999/Extração de:			2013/Extração de:		
	Minério de ferro	Pedra, areia e argila	Outros minerais não metálicos	Minério de ferro	Pedra, areia e argila	Outros minerais não metálicos
Corumbá	184	20	--	1460	15	--
Bela Vista	--	--	46	--	304	1
Itaporã	--	20	--	--	192	0
Bonito	--	4	15	--	42	11
Bodoquena	--	--	17	--	--	60
Maracajú	--	--	--	--	93	--
Outros	--	54	--	--	175	13
Faixa de Fronteira	184	98	78	1460	821	85

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da RAISMTE.

Dos 204 empregos na classe de Extrativa Mineral em Corumbá, tem-se que 90% destina-se à classe de Extração de Minério de Ferro para o ano de 1999. Já para o ano de 2013 tal valor alcança a magnitude de 99%. Ainda com relação à classe de Extração de Minério de Ferro tem-se que tal classe representa 48% dos empregos no setor de Extrativa Mineral para o ano de 1999 e um total de 62% em 2013, sendo tal participação exclusiva do município de Corumbá, enquanto município fronteiriço.

De acordo com dados obtidos por meio do RAISMTE, tem-se que em 2013 a classe de extração de minério de ferro ocorre somente no município de Corumbá em relação a todos os 44 municípios da faixa de fronteira de Mato Grosso do Sul, quanto para os 79 municípios do estado de Mato Grosso do Sul. O que torna possível afirmar que é uma atividade exclusiva da faixa de fronteira de Mato Grosso do Sul, quando comparada às demais atividades econômicas deste estado.

4.2 Anotações de cunho geográfico e histórico sobre os resultados

A fronteira que sempre é vista como limite, tem em Mato Grosso Sul, dentre outros 44 municípios, a cidade de Corumbá. Cujo nome, devido à proximidade geográfica com o Paraguai, pode ser encontrado no vocábulo guarani da palavra Curupah que neste idioma apresenta como um dos significados o termo de lugar distante (BRASIL, 2015).

Tal nome já revelava a característica de limítrofe para esta cidade fronteiriça com não somente o Paraguai, mas também com a Bolívia. Cujas as particularidades históricas de sua ocupação já lançavam luz sobre seu futuro. Pois a ocupação do território que hoje se denomina Corumbá se deu em 1524 por portugueses que acreditavam na possibilidade de poder extrair ouro e prata destas terras. E como tais portugueses, os “do lado de cá” defenderam tal território dos espanhóis, os “do lado de lá”, e assim fundaram a cidade no intuito de resguardar a fronteira.

Neste sentido, o transcurso histórico de Corumbá tem em sua gênese elementos que perpassam sua existência e especialidade, a saber: a atividade extrativa mineral na faixa de fronteira. A qual, atualmente, é dada pela extração de minério de ferro, peculiaridade que se constitui na riqueza econômica deste território. E cujos morros, como acidentes geográficos, ao mesmo tempo que servem para a extração de minerais também são elementos



característicos e muitas vezes utilizados como indicadores de limite de território em regiões de fronteira para separar o “nós” dos “outros”.

Vale ressaltar que a atividade de extrativa mineral em Corumbá tem início entre 1930 e 1940, e que do final do século XX para o XXI presenciou-se um aumento significativo no número de empregos arraigados nesta atividade, conforme os dados apresentados. Todavia a fronteira de Mato Grosso do Sul também já presenciou em momentos passados, séculos XIX para o século XX a atuação da atividade extrativa, ocorrido na fronteira com o Paraguai por meio da Companhia Mate Larangeira a qual cabia a atividade extrativa vegetal, mais especificamente a extração de erva-mate. E, que da mesma forma, como as poucas e gigantescas empresas que operam na atividade de minério de ferro na fronteira do Mato Grosso do Sul com a Bolívia, aquela também operava por meio de capital financeiro internacional e com o suporte do Estado em suas atividades no espaço da fronteira internacional de Mato Grosso do Sul.

5 Considerações Finais

O presente artigo objetivou a identificação de especialização produtiva nos municípios da faixa de fronteira internacional do estado de Mato Grosso do Sul com os países Bolívia e Paraguai. Para isso, em um primeiro momento, buscou identificar o campo de trabalho por meio da revisão da literatura a respeito de autores que tratam em suas pesquisas sobre a categoria fronteira. No momento seguinte, utilizou-se a metodologia de medidas regionais de especialização e localização, especificamente o Quociente Locacional.

Por meio do Quociente Locacional e do variável emprego, como elemento de mensurar a espacialidade da atividade produtiva nos municípios da região de fronteira. Foi possível identificar que para os anos eleitos de 1985, 1999 e 2013, vários municípios apresentaram ao seu tempo especialização produtiva em determinada atividade. Todavia, a persistência em apresentar especialização produtiva para a mesma atividade econômica e, em todos os anos selecionados, recaiu sobre o município de Corumbá na extração mineral. O que confere particularidade a este município nesta atividade para a região de fronteira. Tal resultado foi interpretado por anotações de cunho econômico e balizado por anotações de cunho histórico e geográfico.

Como proposta para estudos vindouros, este artigo propõe, dentre outros, realizar abordagens que incluam além da categoria fronteira, mas também e especificamente das categorias espaço e região. Outra sugestão seria efetuar uma análise sobre a transmissão do setor de extrativa mineral para a indústria de transformação em termos de emprego, utilizando esta última variável como uma medida da espacialidade da atividade produtiva. A qual tanto no presente estudo, quanto nos propostos, poderia ser substituída ou complementada por meio da variável valor adicionado à produção, que pode ser utilizada também como forma de mensurar a espacialidade da atividade econômica.

Também existe a oportunidade de se utilizar em próximos estudos outras medidas regionais de especialização e localização nas atividades econômicas da faixa de fronteira de Mato Grosso do Sul, com o objetivo de detectar a forma como o município de Corumbá e a atividade extrativa mineral se comportam em relação aos demais municípios e atividades.

E destaca-se que essas propostas se referem a aspectos econômicos os quais constituem uma das muitas formas pelas quais se pode entender a região de fronteira. Ou como foi apresentado anteriormente, este é um dos vetores de interpretação das relações que se estabelecem na fronteira, vale ressaltar que há também o vetor cultural, o qual demanda



outras vertentes literárias, metodologias e variáveis e que como o primeiro vetor, converge para o entendimento da faixa de fronteira, em suas particularidades, distinções e singularidades. E que neste trabalho repousou sobre o vetor da geografia econômica e as correspondentes relações de mercado.

6. Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, J. L. C. **A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai**. São Paulo: Annablume, 2010, p. 33-58; 163-236.

ALMEIDA, C. C. R.; CARIO, S. A. F. Capacitação e inovação tecnológica em micro e pequenas empresas: estudo de uma aglomeração produtiva de transformados plásticos no estado de Santa Catarina, Brasil. **Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, v. 8, n. 24, p.265-293, set. 2013. Disponível em: <<http://www.revistacts.net/volumen-8-numero-24/133-dossier/559-capacitacao-e-inovacao-tecnologica-em-micro-e-pequenas-empresas-estudo-de-uma-aglomeracao-productiva-de-transformados-plasticos-no-estado-de-santa-catarina-brasil>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

ARBEX, M. A. **Agglomeração Industrial de Empresas do vestuário no município de Londrina**. 2005. 206 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós Graduação em Administração, Universidade Estadual de Londrina e Universidade Estadual de Maringá, Londrina, 2005. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000110280>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

BRASIL. Coordenação Geral de Estatísticas do Trabalho. MTE - Ministério do Trabalho e Emprego. **Nota Técnica MTE 093/2014 (13/08/2014)**: Base de Dados RAIS/2013. 2014. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/data/files/FF808081475961470147CC2F62B03900/Nota Técnica MTE 2013_2.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF808081475961470147CC2F62B03900/Nota_Tecnica_MTE_2013_2.pdf)>. Acesso em: 12 jul. 2015.

_____. IBGE. Mato Grosso do Sul, Corumbá, histórico. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=500320&search=||info gr%E1ficos:-hist%F3rico>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

_____. MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Correspondência entre CNAE/95 e CNAE/80 (IBGE)**. 1995. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/portal-pdet/o-pdet/o-programa/detalhes-municipio-18.htm>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

_____. MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Setor de Atividade Econômica: CNAE/80 (IBGE)**. 1980. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/portal-pdet/o-pdet/o-programa/detalhes-municipio-6.htm>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

BRITO, M. G. M.A. **“colcha de retalhos” da metrópole paulista: simples aglomerados ou sistemas produtivos e inovativos na indústria do vestuário?** 2005. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Política Científica e Tecnológica, Instituto de Geociências. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000377109>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

CABRAL JUNIOR, M. **Caracterização dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) de Base Mineral no Estado de São Paulo: Subsídios à Mineração Paulista**. 2008. 292 f. Tese



(Doutorado) - Curso de Geologia e Recursos Naturais, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000435159>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

HANCIAU, N. J. Entre-Lugar. In: FIGUEIREDO, E. (Org.) **Conceitos de literatura e cultura**. Juiz de Fora: UFJF, 2005, p. 124-142.

LAMOSO, L. P. A GEOGRAFIA ECONÔMICA DA EXPLORAÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO NO BRASIL. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p.128-138, dez. 2001. Semestral. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/38440/24704>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

_____. Proposta teórica para a pesquisa geográfica sobre exploração mineral. **Geosul**, Florianópolis, v. 20, n. 39, p.43-64, 2005. Semestral. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13305/12268>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

LIMA, A. C. C.; SIMÕES, R. F. **Centralidade e emprego no estado de Minas Gerais no período 1995/2008**. 2011. Texto para discussão n° 428. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD428.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2015.

MACHADO, L. et al. O desenvolvimento da faixa de fronteira: uma proposta conceitual-metodológica. In: OLIVEIRA, T. C. M. **Território sem limites: estudo sobre fronteiras**. Campo Grande: UFMS, 2005.

MACHADO, L. O. et al (Org.). **Terra Limitanea: Atlas da Fronteira Continental do Brasil**. 2002. Disponível em: <http://www.retis.igeo.ufrj.br/atlas_de_frenteira/mapas/zfcidgemr.jpg>. Acesso em: 23 jun. 2015.

MARINI, M. J.; SILVA, C. L. da. Políticas públicas e arranjos produtivos locais: uma análise do APL de confecção sudoeste do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 2010, n. 118, p.87-112, jun. 2010. Semestral. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/148/0>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

MARTINS, J. de S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997, p.09-77 e 145-203.

NUNES, O. M.; KARNOPP, E. Análise das Potencialidades Econômicas Endógenas no desenvolvimento do Município de Santa Maria/RS. **Gedecon: Revista Gestão e desenvolvimento em contexto**, Cruz Alta, v. 1, n. 1, p.1-21, jun. 2013. Semestral. Disponível em: <<http://revistaeletronica.unicruz.edu.br/index.php/GEDECON/article/view/288>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

OLIVEIRA, T. C. M. Tipologia das relações fronteiriças: elementos para o debate teórico-práticos. In: OLIVEIRA, T. C. M. (Org.). **Território sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: UFMS, 2005. p. 377-408.

_____. Condições de conurbação internacional: (o caso de Corumbá-Puerto Quijarro-Puerto Suárez). In: OLIVEIRA, T. C. M. (Org.). **América Platina: Educação, integração e desenvolvimento territorial**. Campo Grande: UFMS, 2008. p. 233-254.

RAFFESTIN, Claude. A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira. In: OLIVEIRA, Tito C. M. de (Org.). **Território sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2005, p. 09-15.